



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/MS

ESTUDO PRELIMINAR Nº 23750064/2023-GTED/SR/PF/MS

Processo nº 08335.007526/2023-45

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo atender ao disposto na IN 40/2020-MPDG, "dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital. Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se ETP o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação", de forma a viabilizar a contratação necessária de serviços de engenharia para **compra e instalação de guarita de container, bem como cerca de alambrado com portão, iluminação externa, CFTV, fossa séptica com sumidouro, ligação de água e energia ou placas solares e banheiro químico provisório**, em terreno localizado nas coordenadas -22.489703, -55.692999 - [Link google maps](#), município de Ponta Porã/MS.
- 1.2. A demanda foi formalizada no processo SEI nº 08335.007526/2023-45 através do Documento de Formalização da Demanda GTED/SR/PF/MS (31336548), sendo anexadas ao presente processo para cumprimento dos requisitos da IN 40/2020-MPDG, sendo a presente análise pautada pelas diretrizes traçadas pela referida IN.
- 1.3. Esta análise é pautada pelas diretrizes traçadas pela:
- 1.3.1. Instrução Normativa nº 05/2017-MPDG;
- 1.3.2. Instrução Normativa nº 40/2020-MPDG.
- 1.4. Principais normativos aplicados à contratação:
- 1.4.1. As normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- 1.4.2. Códigos tributários dos municípios onde serão realizados os serviços.
- 1.4.3. Lei nº 8.666/1993 e suas alterações;
- 1.4.4. Leis e normas de Engenharia e Arquitetura;
- 1.4.5. Instrução Normativa nº 37, de 29 de junho de 2004, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- 1.4.6. Instrução Normativa Nº 2, de 04 de junho de 2014, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 1.5. Os serviços referenciados neste estudo, dadas as suas características, se enquadram no conceito de **obra comum de engenharia**, conforme definido no inciso I do Art. 6º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e inciso XII do Art. 6º da Lei 14.133, de 1 de abril de 2021, visto que trata-se de atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel.

2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A necessidade de contratação é dividida em três aspectos: funcional, técnico e normativo.
- 2.1.1. **Aspecto Funcional** - Necessidade de adequado funcionamento dos sistemas da Polícia Federal, como um meio para que a mesma atinja os seus propósitos fins:
- 2.1.1.1. O Estado Democrático deve assegurar ao cidadão (brasileiro ou estrangeiro) residente no país, o respeito a sua integridade física e patrimonial. Para cumprir essa função, o Estado-Administração tem a sua disposição os órgãos policiais, que também podem ser denominados Forças de Segurança. Os agentes policiais atuam na preservação da ordem pública em seus diversos aspectos, garantindo aos administrados os direitos assegurados pela Constituição Federal.
- 2.1.1.2. Segundo o art. 144, caput, CF, "A segurança pública dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
- I - Polícia Federal;
- II - Polícia Rodoviária Federal;
- III - Polícia Ferroviária Federal;
- IV - Polícias Cíveis;
- V - Polícias Militares e Corpos de Bombeiros militares".
- 2.1.1.3. A Polícia Federal merece especial atenção, pois diferente das outras forças policiais ela exerce com exclusividade o papel de Polícia Judiciária da União, aumentando então sua responsabilidade como agente central da democracia.
- 2.1.1.4. A missão da Polícia Federal é garantir ao cidadão o exercício dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal e nos instrumentos internacionais subscritos pelo Brasil (art. 5º, § 2º, da CF). Essa atividade exige preparo dos integrantes das Corporações Policiais e capacidade operacional para pronto atendimento.
- 2.1.1.5. O objeto desta licitação é a contratação de empresa de engenharia ou arquitetura para execução da nova sede da Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã/MS. Como citado anteriormente, a Polícia Federal tem que estar pronta para assegurar o exercício dos direitos e garantias fundamentais ao cidadão, neste contexto, a interrupção de qualquer um dos sistemas objetos do contrato acarretaria em perda operacional da unidade.
- 2.1.1.6. Ainda nesse sentido a construção da nova sede da DPF/PPA/MS, trará inúmeros benefícios a sociedade em geral com a melhora nos serviços prestados ao público em geral tais como: expedição de passaporte, processos relativos a estrangeiros; registro, porte e devolução de armas de fogo, segurança privada, produtos químicos, oitivas, entre outros. Além disso, a obra é não só importante mas também necessária para atender o planejamento do órgão conforme já exposto no item 1 do Documento de Formalização da Demanda GTED/SR/PF/MS (31336548).
- 2.1.2. **Aspecto Técnico** – A contratação visa atender aos requisitos tecnológicos do órgão.
- 2.1.2.1. A Polícia Federal utiliza vários sistemas, máquinas e equipamentos que apresentam elevada complexidade e que, por isso, exigem conhecimentos técnicos especializados de forma a garantir seu perfeito funcionamento. Entre estes sistemas estão as instalações elétricas e civis (nobreaks, gerador, aparelhos de ar condicionados, computadores, servidores, exaustores, CFTV, automação, instalações hidráulicas, etc) que devem ser inspecionadas periodicamente para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo um adequado padrão operacional.
- 2.1.2.2. É imprescindível a preservação e conservação das características de funcionamento, segurança, conforto ambiental e higiene, necessários para a continuidade das atividades do órgão.
- 2.1.2.3. A falta de manutenção preventiva e preditiva, principalmente nas instalações mais antigas, pode levar ao colapso de sistemas vitais ao desempenho das atividades desenvolvidas pelo Órgão, mau funcionamento do sistema, ineficiência energética, além de acidentes com vítimas.
- 2.1.2.4. Além da necessidade de constante manutenção preventiva, tais sistemas e equipamentos necessitam, com frequência, de manutenção corretiva, para sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados. Ademais, a constante ampliação das atividades da Polícia Federal impõe a necessidade de adequação, recuperação e ampliação nos sistemas citados, de forma a atender a demanda dos ambientes de trabalho, como, por exemplo, a instalação de novos aparelhos de ar condicionado e pontos elétricos.
- 2.1.2.5. Considerando que a Polícia Federal não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução dos serviços descritos e também que tais atividades não constituem objeto da instituição, justifica-se a contratação em tela, prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e conforto dos usuários, instalações, sistemas e equipamentos, consoante o Decreto nº 9.507/2018 e Instrução Normativa nº 40/2020-MPOG.
- 2.1.3. **Aspecto Normativo** - Necessidade da contratação para atender as normas e legislação existentes, onde podemos destacar:
- 2.1.3.1. **NBR 11706/2004**: norma técnica que define padrões para vidros na construção civil;
- 2.1.3.2. **NBR 13531/1995**: trata sobre a elaboração de projetos de edificações;
- 2.1.3.3. **NBR 14037/1998**: diz respeito à operação, uso e manutenção de edificações;
- 2.1.3.4. **NBR 13867/1997**: fala sobre o revestimento interno de paredes e tetos com pasta de gesso;
- 2.1.3.5. **NBR 15965-3/2014**: define o sistema de classificação da informação da construção e processos da construção;
- 2.1.3.6. **NBR 16280/2015**: apresenta regras e condições para reformas em edificações;
- 2.1.3.7. **NBR 16337/2014**: fornece princípios e diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos em projetos;
- 2.1.3.8. **NBR 16366/2015**: discorre sobre a qualificação e perfil de profissionais telhadistas para a construção civil;
- 2.1.3.9. **NBR 5354/1977**: estipula condições para instalações elétricas prediais;
- 2.1.3.10. **NBR 5626/1988**: está relacionada à hidráulica e diz respeito às instalações prediais de água fria;
- 2.1.3.11. **NBR 5688/1999**: também relacionada à hidráulica, esta NBR versa sobre o sistema predial de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação;
- 2.1.3.12. **NBR 6118/2014**: refere-se aos projetos de estruturas de concreto;

- 2.1.3.13. **NBR 6122/1996:** diz respeito ao projeto e à execução de fundações;
- 2.1.3.14. **NBR 6135/1992:** relacionada à segurança, esta NBR trata de chuveiros automáticos para a extinção de incêndios;
- 2.1.3.15. **NBR 7678/1983:** oferece orientações para garantir a segurança dos trabalhadores em obras;
- 2.1.3.16. **NBR 8953/2015:** estabelece a classificação pela massa específica, por grupos de resistência e consistência de concreto para fins estruturais;
- 2.1.3.17. **NBR 9077/2001:** fornece orientações para saídas de emergência em edificações;
- 2.1.3.18. **NBR 9050/2004:** aborda sobre acessibilidade à edificações, mobiliários equipamentos e espaços urbanos.

- 2.2. Documento de Formalização da Demanda
 - 2.2.1. O pleito foi motivado por meio de Documento de Formalização da Demanda (DFD), incluído no SEI sob o nº 31336548.

3. **ÁREA REQUISITANTE**

- 3.1. O setor requisitante foi devidamente indicado no Documento de Formalização da Demanda GTED/SR/PF/MS 31336548 conforme tabela abaixo:

SETOR	RESPONSÁVEL	CARGO/FUNÇÃO
GAB/DPF/PPA/MS	ANEZIO ROSA DE ANDRADE	DPF/Chefe da DPF/PPA/MS

4. **DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE**

- 4.1. Plano Anual de Obras (PLANOB) 2022/2023 consolida as diretrizes e identifica as prioridades para obras e serviços de engenharia da PF, sendo peça fundamental para correta fruição do dinheiro público, sem a qual haveria incertezas quanto a utilização e destinação das verbas dispensadas ao DPF.
- 4.2. O Plano Estratégico da Polícia Federal – 2010/2022, atualizado pela Portaria nº 4453/2014-DG/DPF, de 16 de maio de 2014, no item 6.2 do anexo I, prevê que a Polícia Federal deve manter as unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas, como um dos fatores críticos para o sucesso da instituição, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso:
 - 4.2.1. Pessoal motivado;
 - 4.2.2. Apoio logístico efetivo;
 - 4.2.3. Credibilidade mantida;
 - 4.2.4. Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão;
 - 4.2.5. Gestão de Obras e Infraestrutura.
- 4.3. Nessa linha, foi instituído pelo mesmo instrumento anterior que um dos objetivos institucionais é a otimização do emprego de bens e recursos materiais, de forma a modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização com ações estratégicas em Gestão de obras e Infraestrutura – ampliando suas instalações e modernizando sua infraestrutura, na Gestão de Contratos – acompanhando e controlando sistematicamente a execução dos mesmos; nas compras – orientando, formalizando, executando e gerenciando as atividades de aquisição de bens e serviços, e na Gestão Patrimonial – desenvolvendo, sistematizando e implementando mecanismos de planejamento, padronização, controle e otimização de processos.
- 4.4. Além disso outros fatores críticos de sucesso mencionados no Plano Estratégico da Polícia Federal são:
 - 4.4.1. Infraestrutura adequada - Dispor de edificações e mobiliário adequados para o desempenho das atividades, de modo a oferecer tratamento equânime aos Servidores e exemplar atendimento aos cidadãos.
 - 4.4.2. Recursos de C&T atualizados - Dispor de recursos e de técnicas específicas para o acompanhamento e desenvolvimento de níveis mais avançados em matéria de Ciência e Tecnologia.
- 4.5. É nítida a relação entre contrato pleiteado e a política estratégica da Polícia Federal de manter as unidades em perfeito funcionamento, visando garantir o funcionamento correto e adequado e isso envolve inclusive a manutenção em perfeito estado da identidade visual de suas edificações através da manutenção das pinturas e revestimentos.
- 4.6. O projeto em questão está diretamente alinhado a Ação Estratégica do órgão de Gestão de Projetos assim descrita: “Implementar a cultura de gestão de projetos, de modo que as tarefas desempenhadas o sejam segundo as melhores práticas de elaboração, execução e gerenciamento de projetos, a fim de agregar valores e melhorias aos processos internos do órgão, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.”
- 4.7. Portanto a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

5. **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Contratação de empresa especializada em engenharia ou arquitetura, com qualificação técnica adequada, para **compra e instalação de guarita de container, bem como cerca de alambrado com portão, iluminação externa, CFTV, fossa séptica com sumidouro, ligação de água e energia ou placas solares e banheiro químico provisório**, em terreno localizado nas coordenadas -22.489703, -55.692999 - [Link google maps](#), município de Ponta Porã/MS., conforme condições previstas no termo de referência ou projeto básico e seus anexos.
- 5.2. **Natureza da Contratação:**
 - 5.2.1. Pela natureza do objeto desta Contratação, o serviço é classificado como não continuado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.3. **Duração Inicial do Contrato:**
 - 5.3.1. O contrato terá duração inicial de 180 (CENTO E OITENTA) dias, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.4. **Práticas de Sustentabilidade:**
 - 5.4.1. A escolha dos materiais, máquinas e equipamentos a serem aplicados/instalados deverão considerar os requisitos mínimos, estabelecidos em norma, para sustentabilidade, no que diz respeito ao consumo energético, hídrico e legislação ambiental.
 - 5.4.2. Neste contexto, de acordo com o capítulo II da SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de serviços e obras de engenharia devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:
 - I - uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
 - II - automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
 - III - uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
 - IV - energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;
 - V - sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
 - VI - sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
 - VII - aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
 - VIII - utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e
 - IX - comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.
 - 5.4.3. Assim, a empresa contratada deverá valer-se ainda das seguintes normas e diretrizes:
 - 5.4.3.1. Normas ABNT para sustentabilidade:
 - a) ABNT ISO/TR 14062:2004;
 - b) ABNT NBR 16001:2012;
 - c) ABNT NBR ISO 10002:2005;
 - d) ABNT NBR ISO 10014:2008;
 - e) ABNT NBR ISO 14001:2015;
 - f) ABNT NBR ISO 14040:2009 Versão Corrigida:2014;
 - g) ABNT NBR ISO 14044:2009 Versão Corrigida:2014;
 - h) ABNT NBR ISO 26000:2010;
 - i) ABNT NBR ISO 31000:2009;
 - j) ABNT NBR ISO 50001:2011;
 - k) ABNT NBR ISO 9001:2015;
 - l) ABNT NBR ISO 9004:2010 Versão Corrigida:2010;
 - 5.4.3.2. Legislação Ambiental e correlatas:
 - a) Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente;

- b) Lei nº 12.187/2009 – Política Nacional de Mudança do Clima;
- c) Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- d) Lei nº 12.349/2010 – Alterou o artigo 3º da Lei nº 8.666/93;
- e) Decreto nº 10.024/2019 – Regulamenta o pregão eletrônico;
- f) Decreto nº 2.783/1998 – Proíbe entidades do governo federal de comprar produtos ou equipamentos contendo substâncias degradadoras da camada de ozônio;
- g) Decreto nº 7.746/2012 – Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/93;
- h) Decreto nº 5.940/2006 – Coleta Seletiva Solidária na Administração Pública Federal;
- i) Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração direta, autárquica e funcionária;
- j) Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12/11/2012 – Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências;
- k) Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017 – Dispõe sobre regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal;
- l) Instrução Normativa SEGES/ME nº 1, de 2019 - Dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações;
- m) Portaria nº 61 – MMA, de 15/05/2008 – Estabelece práticas de sustentabilidade ambiental nas compras públicas;
- n) Portaria nº 43 – MMA, de 28/01/2009 – Proíbe o uso de amianto em obras públicas e veículos de todos os órgãos vinculados à administração pública;
- o) Portaria nº 23, - MPOG, de 12/02/2015 – Estabelece boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços;

5.4.4. A empresa contratada deverá ainda, esclarecer e justificar, quando necessário, sobre:

- 5.4.4.1. A possibilidade de reutilizar ou redimensionar material já existente ou proveniente do desfazimento;
- 5.4.4.2. A utilização de matéria prima florestal com procedência verificada nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006;
- 5.4.4.3. A utilização de agregados reciclados que compõem os materiais, máquinas ou equipamentos que vieram a ser adquiridos;
- 5.4.4.4. Aos procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos em norma.

5.5. Transição Contratual:

5.5.1. Não se aplica ao contexto desta contratação.

5.6. Relevância dos requisitos estipulados:

- 5.6.1. A solução de serviços cuja contratação se pretende possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser descritos objetivamente, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, enquadrando-se, assim, na definição legal de **obra comum de engenharia** (inciso I do art. 6º da Lei nº 8.666/1993 e inciso XII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021). Portanto, a seleção da empresa ou do consórcio que prestará o serviço à Polícia Federal **poderá** ocorrer por meio de Pregão Eletrônico (PE).
- 5.6.2. O Decreto nº 10.024/2019, determina que o pregão eletrônico se tornou a modalidade de adoção obrigatória no âmbito da União. Não apenas para todos os órgãos da Administração Federal Direta e Indireta, mas também para os demais órgãos controlados direta ou indiretamente pela União, quando o objeto for considerado comum.
- 5.6.3. O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada de engenharia ou arquitetura para **compra e instalação de guarita de container, bem como cerca de alambrado com portão, iluminação externa, CFTV, fossa séptica com sumidouro, ligação de água e energia ou placas solares e banheiro químico provisório**, se enquadrando, portanto, no conceito de obra comum de engenharia, conforme já exposto anteriormente. Logo, a modalidade pregão eletrônico poderá ser utilizada.
- 5.6.4. Nesse sentido, quando não for possível a adoção do **pregão eletrônico**, deve ser realizado o pregão presencial, mas isso apenas mediante justificativa de inviabilidade da utilização do eletrônico.
- 5.6.5. Logo a modalidade mais indicada para esta contratação é pregão eletrônico com empreitada global por menor preço.
- 5.6.6. Por fim, o serviço é classificado como especializado de engenharia ou arquitetura com complexidade baixa, não sendo, portanto, considerado limitador da participação de demais empresas especializadas no ramo. Assim, temos por bem manter os requisitos da contratação pretendida, visto que não são restritivos, mas sim essenciais à qualidade do serviço que se espera com a contratação.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 6.1. Cada projeto cria um produto, serviço ou resultado exclusivo. Embora elementos repetitivos possam estar presentes em algumas entregas do projeto, essa repetição não muda a singularidade fundamental do trabalho do projeto.
- 6.2. Essa característica de unicidade dos projetos lhes confere um determinado grau de incerteza. Devido a isso, os projetos geralmente são divididos em fases para facilitar sua concepção e gerenciamento.
- 6.3. Os projetos para construção, reforma ou ampliação de um empreendimento geralmente são elaborados em etapas sucessivas, conhecidas como ciclo de vida de um projeto. Segundo essa abordagem conceitual, cada etapa deverá ser desenvolvida de forma que guarde sintonia com as demais etapas, tenha consistência material, atenda às diretrizes gerais do programa de necessidades e dos estudos de viabilidade e aos requisitos das normas a ela aplicáveis.
- 6.4. O gerenciamento de um projeto de grande porte é muito complexo, dificultando a compreensão de todas as ações que precisam ser tomadas, para planejar e executar com sucesso o projeto. Para se ter um perfeito entendimento do significado de cada parte e da forma como ela se encaixa no cenário do projeto, torna-se necessária a divisão do projeto em partes. Este procedimento possibilita um melhor entendimento das diversas partes do projeto, seus pacotes de trabalho, seus fluxos lógicos de atividades, bem como das fases que ele percorrerá em sua evolução, crescimento e declínio (Cleland, 1994).
- 6.5. Com base nisso vale destacar algumas modalidades de contrato, conforme exposto a seguir.
 - 6.5.1. **Design-Bid-Build (DBB):**
 - 6.5.1.1. De acordo com Beck (2002), nesta modalidade de contrato, aloca-se ao proprietário o risco maior do empreendimento, além de assumir a responsabilidade de comissionar a planta, fazer o *start-up* e conduzir a operação. O proprietário assume o gerenciamento integral, e contrata, separadamente, os serviços de engenharia, equipamentos e materiais e a construção. O projetista e a construtora não agem de maneira integrada, assim como após a operação.
 - 6.5.1.2. O benefício maior dos contratos DBB é que o projeto começa a partir de um relatório de viabilidade, um levantamento de custo (orçamento) e projeto básico; segue-se o projeto executivo, onde ficam definidos os custos e benefícios do projeto.
 - 6.5.1.3. É o caso típico das obras licitadas pelos órgãos governamentais, tanto federal, estaduais ou municipais, conforme Lei 8.666, cujo vencedor é aquele de menor preço.
 - 6.5.1.4. As preocupações destes contratos são várias, podendo citar o tempo de implantação do empreendimento, a qualificação por menor preço, pois pode comprometer a qualidade e, devido o menor custo, há prejuízo no uso de novas tecnologias nos projetos.
 - 6.5.2. **Design-Build (DB):**
 - 6.5.2.1. Nesta modalidade, são contratados o projeto e a sua construção. Ele pode ser dividido em dois tipos, sendo que no primeiro tipo o contratante se baseia na experiência e qualificação do contratado, enquanto que no segundo tipo, se baseia na combinação de qualificação e preço. Cabe ao contratado agregar uma empresa de construção e outra projetista, formando um conjunto único, porém, o contrato será somente com o DB.
 - 6.5.2.2. Cabe ao proprietário do empreendimento definir o projeto básico, ficando para o contratado o desenvolvimento do projeto executivo e a construção.
 - 6.5.2.3. Normalmente o critério de pagamento é por preço global, garantido por seguro de risco e fiança bancária. O dono do empreendimento pode utilizar uma equipe pequena para fiscalizar o andamento da obra e aprovar os pagamentos. Os benefícios da modalidade DB é que a responsabilidade perante o contratante é de apenas um agente, o que reduz em muito disputas e reivindicações.
 - 6.5.2.4. Além disso, face o projeto e a construção estar sob um mesmo gerenciamento, reduz atritos e quase sempre resulta em economia de tempo, reduzindo o cronograma, resultando em ganho para o contratante e bônus para o contratado. As preocupações maiores são, além da qualidade, a questão do seguro garantia, pois há riscos tanto do contratante como do contratado. Há a necessidade de obtenção de licenças para implantação do empreendimento, sendo esta uma responsabilidade do contratado. Uma alternativa para esta preocupação é o 50 contratante trazer para si esta responsabilidade. Outra desvantagem é sacrificar o projeto em função da redução de custos.
 - 6.5.3. **Engineer-at-Risk (EAR):**
 - 6.5.3.1. A modalidade EAR é uma variação da modalidade DB. Neste caso, o risco é quase que totalmente assumido pelo contratante. Estruturalmente, o contrato tipo EAR é semelhante ao DB e a sua contratação é resultado de uma combinação de qualificações, onde o preço apresentado é de total responsabilidade (riscos) do contratante. Cabe ao proprietário definir os critérios do projeto, antes de contratar o EAR. As condições comerciais estipulam programas de garantias globais por parte do contratante EAR.
 - 6.5.3.2. As vantagens dos contratos EAR é que os projetos têm definidos, com antecedência - projeto básico, os critérios básicos do empreendimento. Outra vantagem é que esse tipo de contrato oferece os benefícios de um contrato tipo DB, associado ao fato de assumir os riscos do negócio.
 - 6.5.4. **Design-Build-Operate (DBO):**
 - 6.5.4.1. Neste caso, o proprietário contrata o projeto, a construção e a operação. Cabe ao contratado a responsabilidade total sobre o projeto, construção, comissionamento, testes de aceitação e operação do empreendimento no longo prazo.

- 6.5.4.2. O contrato tipo DBO é tipicamente baseado na liberação dos recursos financeiros pelo proprietário ao contratado, que se responsabiliza por todas as etapas da obra. Geralmente cabe a um dos participantes do consórcio, honrar financeiramente as garantias do empreendimento.
- 6.5.4.3. A garantia de desempenho é um contrato entre o proprietário do empreendimento e o fiador do projeto, normalmente um dos consorciados. Vários são os benefícios do DBO, iniciando pelo fato de ser ter um único responsável pelo projeto, construção e operação. Por ser um único responsável, este pode atuar reduzindo custos e prazos; há permissão ou liberação da projetista e do construtor na busca de novas tecnologias; possibilidade de desenvolvimento paralelo do projeto e construção, com isto reduzindo os prazos e maior facilidade de obter com antecedência o custo real do projeto.
- 6.5.4.4. As preocupações em relação a essa modalidade podem ser assim resumidas: (i) o proprietário do projeto perde o controle dos detalhes da construção, dos prazos e do planejamento da operação; (ii) as propostas, pela sua complexidade, apresentam valores elevados, quer dizer, altos custos; e (iii) o proprietário permanece longe do que está ocorrendo no dia-a-dia da operação do projeto.

6.5.5. **Builder-Owner-Operate-Transfer (BOOT)**

- 6.5.5.1. Nesta modalidade, ao vencer uma licitação, a empresa projeta, constrói, opera e vende ao agente um certo produto, por uma tarifa e prazo definidos. Nos projetos do tipo BOOT, os contratados são geralmente pré-qualificados e a seleção final é feita pelo preço e ou tarifa oferecida.
- 6.5.5.2. O modelo BOOT é semelhante ao DBO, sendo que as principais diferenças são que no BOOT o vendedor financia o projeto, baseado no mecanismo “take-or-pay”, ou seja, se paga pelo contrato, tenha ou não utilizado todo o produto contratado. É um pacote de risco. O maior benefício é que os riscos ficam com o vendedor do BOOT.
- 6.5.5.3. As preocupações com contratos desta modalidade incluem a redução da fiscalização do proprietário nos detalhes do empreendimento, os altos custos das propostas podem limitar o número de participantes e, finalizando, exigências de padrões elevados de operação e manutenção, visando proteger ao máximo a vida útil do empreendimento.

6.5.6. **Engineering, Procurement, Construction (EPC)**

- 6.5.6.1. Para a execução de um empreendimento o cliente idealizador do projeto geralmente realiza a contratação de uma ou mais empresas que irão planejar, projetar e executar as tarefas necessárias para conclusão do projeto. No mercado são aplicadas várias modalidades de contratação, diferindo entre si principalmente pelo risco que cada uma das partes assume (contratante e contratada).
- 6.5.6.2. Há um somatório de informações quando nos referimos a um projeto tendo como modalidade de contratação Engineering, Procurement, Construction (EPC). Na prática, ao se referir a essa modalidade de contrato, significa informar que a área de aplicação ou de negócios é a área de engenharia e construção e que o contratado tem a responsabilidade de entregar ao contratante o produto (objeto do contrato ou projeto) pronto para ser utilizado, ou seja, entregar “a chave na mão (turnkey)” do contratante que, por sua vez, terá que pagar ao contratado um montante já previamente definido (preço fixo ou preço global).
- 6.5.6.3. Segundo Wade (2005), para a *Fédération International e des Ingénieurs Conseils* (FIDIC) que define e publica padrões para contratos do setor de engenharia e construção, os projetos regidos por contratos EPC Turnkey têm as seguintes características:
 - a responsabilidade pelo design fica somente com a contratada;
 - o contratante prove os requisitos segundo os quais a contratada projeta;
 - a contratada realiza todo processo de Engineering, Procurement, Construction (EPC)), provendo as instalações plenamente equipadas e prontas para operação (*turnkey*);
 - o contrato é do tipo preço global.

6.5.6.4. Para eles, o projeto de construção segundo um contrato EPC é apenas uma parte de um complicado empreendimento comercial, no qual a duração e o custo são elementos críticos para os financiadores. Portanto, erros (financeiros, dentre outros riscos) podem impactar o resultado esperado. Por outro lado, a contratada ao assumir a responsabilidade por uma ampla gama de riscos demandará a contrapartida equivalente e que pode impactar a própria viabilidade do projeto.

6.5.6.5. Segundo Fontoura (2006), além da abrangência EPC “completa”, definida pelo FIDIC, a abrangência do objeto dos contratos na construção pesada pode variar. A título de ilustração, citam-se duas situações:

1. apenas a parte de “construção” é contratada: nesse caso o contrato contemplaria simplesmente a parte de construção civil e de montagem de componentes eletromecânicos. Os serviços de elaboração do projeto básico e/ou executivo e serviços correlatos, tais como sondagens, ensaios e testes de laboratório, assim como o fornecimento dos componentes eletromecânicos, ficariam sob a responsabilidade da contratante;
2. as partes de “engenharia” e “construção” (também chamadas de “Design and Build - DB”) são contratadas: nesse caso, além dos serviços de elaboração dos projetos básico e executivo, da construção civil e da montagem eletromecânica, a parte contratada também seria responsável pelo anteprojeto de engenharia. O fornecimento dos componentes ficaria sob a responsabilidade da parte contratante.

6.5.6.6. A modalidade que melhor se enquadra no objeto desta licitação é **Design-Bid-Build (DBB)** tendo em vista se tratar de um serviço relativamente simples que pode ser executado, a priori, em qualquer lugar do estado sem grandes dificuldades em contratação de mão de obra. O levantamento das quantidades e precificação dos itens puderam ser feitos por membro técnico do GTED/PF/SR/MS e, portanto, não houve a necessidade de contratação de profissional para elaboração dos mesmos.

6.5.6.7. A solução, portanto, é a contratação de empresa para **compra e instalação de guarita de container, bem como cerca de alambrado com portão, iluminação externa, CFTV, fossa séptica com sumidouro, ligação de água e energia ou placas solares e banheiro químico provisório**, tendo em vista o não enquadramento dos serviços no contrato de manutenção predial existente nas unidades.

7. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 7.1. O terreno, cedido pela Prefeitura Municipal de Ponta Porã/MS, e que será utilizado como depósito provisório de veículos apreendidos, os quais estão sob a guarda da Polícia Federal, cujo remanejamento desses bens móveis é indispensável à execução da obra de construção da nova Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã/MS (DPF/PPA/MS)
- 7.2. Será necessária a compra de guarita de vigilância, em forma de container, para a instalação no local, haja vista a necessidade de implementar no local um sistema de segurança. Além disso, já que no terreno não existe ligação de energia e/ou instalações hidrossanitárias, será necessário solicitar, junto às respectivas concessionárias, a ligação elétrica e hidrossanitária para uso da guarita. Além disso, haverá necessidade, possivelmente, de ligação de rede de lógica, para a instalação de câmeras de segurança e outros dispositivos de segurança.

8. **ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

- 8.1. As áreas e quantitativos da edificação existente foram apuradas com base em projetos existentes e levantamentos feitos no local pela equipe do GTED/PF/SR/MS.
- 8.2. As quantidades apresentadas abaixo representam o orçamento sintético de cada lote. O orçamento analítico será apresentado no Termo de Referências.

Item	Código Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1		SERVIÇOS PRELIMINARES, CANTEIRO E ADMINISTRAÇÃO LOCAL					14.624,62	4,69 %
1.1	93572 SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	2	4.976,49	6.082,76	12.165,52	3,90 %
1.2	73847/001 SINAPI	ALUGUEL DE CONTAINER/ESCRIT INCL INST ELET LARG=2,20 COMP=6,20M ALT=2,50M CHAPA ACO C/NERV TRAPEZ FORRO C/SOL TERMO/ACUSTICO CHASSIS REFORC PISO COMPENS NAVAL EXC TRANSP/CARGA/DESCARGA	MES	2	699,21	854,64	1.709,28	0,55 %
1.3	103689 SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m²	2	306,73	374,91	749,82	0,24 %
2		ALAMBRADO COM MOURÕES DE CONCRETO					107.793,47	34,58 %
2.1	98522 SINAPI	ALAMBRADO EM MOURÕES DE CONCRETO, COM TELA DE ARAME GALVANIZADO (INCLUSIVE MURETA EM CONCRETO). AF_05/2018	M	494	159,68	195,17	96.413,98	30,93 %
2.2	00000339 SINAPI	ARAME FARPADO GALVANIZADO, 14 BWG (2,11 MM), CLASSE 250	M	1482	1,18	1,44	2.134,08	0,68 %
2.3	180305 AGETOP CIVIL	PORTÃO DE ABRIR 02 FOLHAS DE TELA E TUBO GALVANIZADO 2" PT 9 C/FERRAGENS, INCLUINDO DOBRADIÇAS E CHUMBADORES	m²	13,2	573,03	700,41	9.245,41	2,97 %
3		GUARITA CONTAINER (4m) COMPLETA					37.610,86	12,07 %
3.1	103247 SINAPI	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 12000 BTU/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2021_PE	UN	1	2.540,69	3.105,48	3.105,48	1,00 %
3.3	01.10.02 SUDECAP	BANHEIRO QUÍMICO E REBOQUE PARA TRANSPORTE DE BANHEIRO QUÍMICO	MES	3	1.022,23	1.178,42	3.535,26	1,13 %
3.4	patioppa Próprio	GUARITA CONTAINER COMPLETA (4m) - 01 Porta (material do container) • 02 Janelas (em duas faces) • Instalação elétrica • Abertura para ar condicionado • 01 lavabo (vaso sanitário com caixa de descarga acoplada, uma pia, porta toalha e porta papel higiênico) • Instalação hidráulica • Pintura • Revestimento termo acústico em PVC com caixa d'água instalada (inclusive estrutura).	un	1	24.105,01	27.788,25	27.788,25	8,91 %

3.5	EJ_293	Próprio	ENTRADA PROVISORIA DE ENERGIA ELETRICA AEREA TRIFASICA 40A EM POSTE MADEIRA - SINAPI	UN	1	2.603,19	3.181,87	3.181,87	1,02 %
4			GERADOR FOTOVOLTAICO OFF_GRID					70.309,27	22,56 %
4.1	patioppaps	Próprio	Gerador Solar Fotovoltaico OFF-GRID - produção estimada de 350 kWh/mês - composto de :6 placas monocristalinas 550Wp canadian ou similar - com inversor Deye ou similar de corrente híbrido - monofásico 220v - Kw; com 4 baterias LFP48V 100AHU3 de lítio Unicoba ou similar; 01 STRING BOX 1-2E/2S 1000V DC CLAMPER ou similar - com todos os acessórios necessários para instalação (FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO).	1	1	60.990,00	70.309,27	70.309,27	22,56 %
5			PILARES SUSTENTAÇÃO PORTÕES					1.315,02	0,42 %
5.1	74156/001	SINAPI	ESTACA A TRADO(BROCA) D=25CM C/CONCRETO FCK=15MPA+20KG ACO/M3 MOLD.IN-LOCO	M	6	80,04	97,83	586,98	0,19 %
5.2	102476	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇÃO 1:2,2:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ SEIXO ROLADO) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	m³	0,48	651,06	795,79	381,97	0,12 %
5.3	84214	SINAPI	FORMA PARA ESTRUTURAS DE CONCRETO (PILAR, VIGA E LAJE) EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, DE 1,10 X 2,20, ESPESSURA = 12 MM, 02 UTILIZACOES. (FABRICACAO, MONTAGEM E DESMONTAGEM)	m²	0,176	81,43	99,53	17,51	0,01 %
5.4	92778	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	11	13,07	15,97	175,67	0,06 %
5.5	92775	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	3,53	17,74	21,68	76,53	0,02 %
5.6	74157/003	SINAPI	LANCAMENTO/APLICACAO MANUAL DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	m³	0,48	130,16	159,09	76,36	0,02 %
6			INSTALAÇÃO HIDRO-SANITÁRIA					8.019,56	2,57 %
6.1	95463	SINAPI	FOSSA SÉPTICA EM ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO MACIÇO, DIMENSÕES EXTERNAS DE 1,90X1,10X1,40 M, VOLUME DE 1.500 LITROS, REVESTIDO INTERNAMENTE COM MASSA ÚNICA E IMPERMEABILIZANTE E COM TAMPA DE CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA DE 8 CM	UN	1	2.319,11	2.834,64	2.834,64	0,91 %
6.2	98062	SINAPI	SUMIDOURO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,88 M, ALTURA INTERNA = 2,00 M, ÁREA DE INFILTRAÇÃO: 13,1 M² (PARA 5 CONTRIBUINTES). AF_12/2020_PA	UN	1	3.180,91	3.888,02	3.888,02	1,25 %
6.3	74165/004	SINAPI	TUBO PVC ESGOTO PREDIAL DN 100MM, INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	7	72,16	88,20	617,40	0,20 %
6.4	74165/002	SINAPI	TUBO PVC ESGOTO PREDIAL DN 50MM, INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTOE INSTALACAO	M	2	50,91	62,22	124,44	0,04 %
6.5	97905	SINAPI	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,4X0,4X0,4 M PARA REDE DE ESGOTO. AF_12/2020	UN	2	227,06	277,53	555,06	0,18 %
7			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					59.539,28	19,10 %
7.1	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	m³	125	78,13	95,49	11.936,25	3,83 %
7.2	96995	SINAPI	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE. AF_10/2017	m³	125	47,37	57,90	7.237,50	2,32 %
7.3	97887	SINAPI	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,4X0,4X0,4 M. AF_12/2020	UN	24	254,05	310,52	7.452,48	2,39 %
7.5	91833	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 20 MM (1/2"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	470	10,69	13,06	6.138,20	1,97 %
7.5	93653	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	4	12,21	14,92	59,68	0,02 %
7.6	100623	SINAPI	POSTE DE AÇO CONICO CONTÍNUO CURVO DUPLO, ENGASTADO, H=9M, INCLUSIVE LUMINÁRIAS, SEM LÂMPADAS - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_11/2019	UN	4	2.662,36	3.254,20	13.016,80	4,18 %
7.7	101654	SINAPI	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 33 W ATÉ 50 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	8	279,51	341,64	2.733,12	0,88 %
7.8	101875	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 12 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1	384,43	469,88	469,88	0,15 %
7.9	93661	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1	60,95	74,49	74,49	0,02 %
7.10	91928	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1410	6,00	7,33	10.335,30	3,32 %
7.11	93665	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1	70,02	85,58	85,58	0,03 %
8			CFTV					12.491,34	4,01 %
8.1	021402	AGETOP CIVIL	CONSUMO DE TELEFONIA/INTERNET FIXA - fornecimento e instalação de internet via rádio - com modem WIFI	mes	36	133,28	153,64	5.531,04	1,77 %
8.2	11520	ORSE	Câmera IP POE Wi-Fi Vm S5040 Vf 1/3, 760 linhas 2.8 a 12mm, da Intelbras ou similar	un	8	583,93	673,15	5.385,20	1,73 %
8.3	patioppapt	Próprio	Gravador digital de vídeo NVR 16 canais PoE H.265+ NVD 1408 P 4k sem HD Intelbras ou similar	1	1	1.366,33	1.575,10	1.575,10	0,51 %
Total sem BDI									260.656,73
Total do BDI									51.046,69
Total Geral									311.703,42

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1.

As áreas e quantitativos da edificação existente no local foram apuradas com base em projetos existentes e em levantamento arquitetônico feito no local pela equipe do GTED/PF/SR/MS.

9.2.

A estimativa de preços para esta licitação é a apresentada resumidamente a seguir:

Planilha Orçamentária Resumida			
Item	Descrição	Total	Peso (%)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES, CANTEIRO E ADMINISTRAÇÃO LOCAL	14.624,62	4,69 %
2	ALAMBRADO COM MOURÕES DE CONCRETO	107.793,47	34,58 %

3	GUARITA CONTAINER COMPLETA	37.610,86	12,07 %
4	GERADOR FOTOVOLTAICO OFF_GRID	70.309,27	22,56 %
5	PILARES SUSTENTAÇÃO PORTÕES	1.315,02	0,42 %
6	INSTALAÇÃO HIDRO-SANITÁRIA	8.019,56	2,57 %
7	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	59.539,28	19,10 %
8	CFTV	12.491,34	4,01 %
		260.656,73	
		51.046,69	
		311.703,42	

9.3. As planilhas completas e demais documentos serão detalhadas no Projeto Básico.

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- 10.1. O art. 23, § 1º da Lei 8.666, dispõe: "As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.
- 10.2. A execução de todos os serviços mencionados está interligada e contribui para a eficiência e funcionalidade do espaço destinado aos veículos apreendidos. O parcelamento poderia gerar dificuldades de coordenação e integração entre as diferentes partes do projeto, comprometendo a qualidade e a eficácia do resultado final.
- 10.3. A realização de uma licitação única permite a busca de propostas mais vantajosas, levando em consideração o conjunto de serviços. Isso possibilita uma negociação mais eficaz, uma vez que as empresas interessadas podem otimizar recursos, compartilhar equipamentos e mão de obra, resultando em potencial economia para a Administração Pública.
- 10.4. A administração de um contrato único é mais simples e eficiente do que lidar com vários contratos distintos. A gestão unificada facilita o acompanhamento, fiscalização e garantia da execução integral e integrada de todas as etapas do projeto.
- 10.5. A realização de um único processo licitatório proporciona maior agilidade na conclusão do projeto, uma vez que elimina o tempo necessário para a realização de procedimentos licitatórios em separado para cada serviço.
- 10.6. Ao contratar uma única empresa para a execução completa do projeto, a Administração Pública reduz os riscos associados à coordenação entre diferentes contratados, evitando possíveis conflitos de responsabilidade e facilitando a responsabilização em caso de eventuais problemas na execução.
- 10.7. Resumidamente, pelo exposto, o parcelamento do objeto desta licitação **mostra-se inviável tanto na área técnica quanto na econômica.**

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- 11.1. Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

- 12.1. O contrato a ser firmado visa a atender às necessidades do órgão no que se refere à perfeita execução dos serviços, favorecendo o desempenho das atividades fim e meio da Polícia Federal, no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

- 13.1. Cronograma com todas as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores:
- 13.1.1. O contrato está orientado para estreitar o relacionamento funcional entre a equipe de fiscalização da PF/MS, a empresa contratada e os usuários. Os servidores da Polícia Federal poderão ser indicados a fazer parte da comissão de fiscalização do contrato. O fiscal será auxiliado pelos servidores designados. A execução dos serviços é de competência da empresa contratada.
- 13.2. Necessidade de capacitação de servidores para atuarem na fiscalização:
- 13.2.1. Caso não haja servidores capacitados para a fiscalização da execução dos serviços nas unidades da PF no MS, deverão ser recrutados servidores de outras unidades para tal fim.
- 13.3. Mapa de Riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo:
- 13.3.1. Mapa de riscos anexada ao processo.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- 14.1. A construção civil é um dos setores que podem causar diversos **impactos ambientais**. Desde o consumo de recursos naturais para a produção de insumos para o canteiro de obras, passando por mudanças de solo, áreas de sol e vegetação, até os reflexos no aumento no gasto de energia elétrica, por exemplo.
- 14.2. Neste contexto, na elaboração dos projetos, os impactos ambientais serão mínimos ou até mesmo inexistente porém, na execução da obra, os seguintes impactos ambientais poderão ser gerados:
- 14.2.1. **Geração de resíduos:**
- 14.2.1.1. Por se tratar de uma obra de construção civil, onde serão empregados diversos tipos de materiais e com construção onde há métodos manuais (ação humana) existe a Geração de Resíduos da Construção Civil.
- 14.2.1.2. A norma NBR 10.004, divide os resíduos em duas classes:
- 14.2.1.3. Classe I – resíduos perigosos;
- 14.2.1.4. Classe II - resíduos não perigosos.
- 14.2.1.5. Como forma de amenizar os impactos ambientais, é primordial a elaboração e implantação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, em que haverá a destinação correta de cada tipo de resíduo gerado na obra.
- 14.2.2. **Ruídos (poluição sonora):**
- 14.2.2.1. Impactos sonoros podem ser nitidamente percebidos durante as obras, mas não se resumem a elas. Durante a utilização da edificação haverá ocasiões onde serão acionados sirenes das viaturas o que poderá ocasionar poluição sonora temporária.
- 14.2.2.2. É importante observar o **Plano Diretor** da cidade, visando entender as limitações de cada tipo de construção e seus impactos ambientais locais.
- 14.2.3. **Aumento do consumo de energia**
- 14.2.3.1. Durante a execução da obra poderá haver um consumo alto de energia com a utilização de equipamentos necessários a execução.
- 14.2.3.2. A utilização de equipamentos modernos e com alta eficiência podem amenizar este problema, além de uma gestão adequada da utilização de equipamentos elétricos no canteiro de obras.
- 14.2.4. **Desperdício de água**
- 14.2.4.1. Antes mesmo das obras ficarem prontas, é comum que haja um grande uso de água para diversos serviços, como a limpeza do canteiro, que comumente tem muita poeira e sujeira, e até para o cuidado com a saúde dos trabalhadores.
- 14.2.5. **Mudanças em depósitos hídricos naturais**
- 14.2.5.1. Devido a localização da obra onde existe a ocorrência de pedra a poucos metros da superfície, a obra pode afetar os lençóis aquáticos ou até a impermeabilização do solo. É importante que o projeto preveja soluções de modo a não impermeabilizar o solo, nem causar grandes mudanças no lençol freático local.
- 14.2.6. **Poluição do solo**
- 14.2.6.1. Por se tratar de obra de engenharia onde existe o depósito temporário de materiais, pode ocorrer a poluição do solo caso os mesmos sejam armazenados de forma inadequada. É importante existir um plano de armazenamento de materiais na obra durante toda a sua execução como forma de amenizar ou anular este impacto ambiental.

15. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 15.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 40/2020, Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação, bem como o devido atendimento às demandas de negócio formuladas.

- 15.2. Além disso, os benefícios pretendidos são adequados; os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade; os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.
- 15.3. Por todo o exposto, a contratação do evento não é apenas viável, mas imprescindível para um bom resultado e desempenho de uma nova edificação, que trará, além da economia na execução, com as melhores técnicas do mercado, uma adequada manutenção da saúde e bem estar dos servidores e usuários dos serviços públicos, a garantia da atuação da Polícia Federal no âmbito de suas atividades, no combate aos crimes e auxiliando a população nos serviços oferecidos, fazendo-se sempre uso da dinâmica de melhor atendimento e utilização dos recursos públicos.
- 15.4. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos o serviço proposto.

16. RESPONSÁVEIS

- 16.1. O presente documento foi elaborado pelos servidores abaixo relacionados:

DESPACHO	Mat. PF	NOME	CARGO/FUNÇÃO
Lici. Instituição de Equipe de Planej. Contratação GTED/SR/PF/MS 31385651	10.737	Alvanter Garcia Moraes	Perito Criminal Federal / Chefe do GTED/SR/PF/MS
Lici. Instituição de Equipe de Planej. Contratação GTED/SR/PF/MS 31385651	21.836	Gabriel de Oliveira Rodrigues	Escrivão de Polícia Federal
Lici. Instituição de Equipe de Planej. Contratação GTED/SR/PF/MS 31385651	11.662	Levi Monteiro de Souza	Agente Administrativo
Lici. Instituição de Equipe de Planej. Contratação GTED/SR/PF/MS 31385651	23.491	Anezio Rosa de Andrade	Delegado de Polícia Federal

17. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO ACESSO À INFORMAÇÃO

- 17.1. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que:
- 17.1.1. As informações contidas no presente Estudo Preliminar DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

ALVANTER GARCIA MORAIS
Perito Criminal Federal
Membro da EPC

GABRIEL DE OLIVEIRA RODRIGUES
Escrivão de Polícia Federal
Membro da EPC

LEVI MONTEIRO DE SOUZA
Agente Administrativo
Membro da EPC

ANEZIO ROSA DE ANDRADE
Delegado de Polícia Federal
Membro da EPC



Documento assinado eletronicamente por ANEZIO ROSA DE ANDRADE, Chefe de Delegacia, em 20/11/2023, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por GABRIEL DE OLIVEIRA RODRIGUES, Escrivão(a) de Polícia Federal, em 17/11/2023, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por ALVANTER GARCIA MORAIS, Perito(a) Criminal Federal, em 20/11/2023, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=32543416&crc=63BD0AC7.
Código verificador: 32543416 e Código CRC: 63BD0AC7.